

Feminismo e Marxismo: Uma Intersecção no Processo Dialético da História Enquanto Práxis Política

Marcela da Silva Uchôa^{1*}

Universidade de Coimbra
maruchoa@gmail.com

Resumo:

O debate acerca da opressão feminina foi objeto de análise tanto de Marx quanto dos marxistas clássicos. Em várias de suas obras Marx e Engels falam da perspectiva materialista histórica na constituição da família e como ela se estabelece na humanidade no período capitalista. No *Manifesto do Partido Comunista* a família burguesa já é tratada como uma forma de aprisionar a mulher para realização das vontades dos homens burgueses. Apesar de o feminismo ter percorrido seu caminho nos séculos XVIII e XIX, no seio dos debates da social-democracia as margens de uma tensão entre operárias e feministas burguesas, é a revolução russa e a ação de revolucionárias russas que desencadearam o processo revolucionário em fevereiro de 1917 que culminou com a tomada do poder pelo proletariado russo em outubro do mesmo ano, e é este o exemplo maior da emancipação, auto-organização das mulheres e movimento de trabalhadores. Trotsky, Inessa Armand, Alexandra Kollontai, Nadiéjda Krúpskaia orientavam-se sobre a base da discussão legada por Marx e Engels. Diante disso fazia-se necessário buscar a libertação da mulher dos grilhões do lar e da família; o que possibilitou que posteriormente o feminismo fosse também enunciado como luta social e política que viabilizasse a libertação da mulher do processo alienante capitalista e pudesse assumir seu lugar nas lutas sociais e na história.

Palavras-Chave:

Feminismo; Marxismo; Revolução; Práxis; Mulheres

Abstract:

The debate about female oppression was the subject of analysis by both Marx and the classical Marxists. In several of his works Marx and Engels speak of the historical ma-

1. * Doutoranda em Filosofia na Universidade de Coimbra com ênfase em Filosofia Política.

terialist perspective on the constitution of the family and how it establishes itself in humanity in the capitalist period. In the *Manifesto of the Communist Party* the bourgeois family is already treated as a way of imprisoning the woman for the accomplishment of the wills of bourgeois men. Although feminism has run its course in the eighteenth and nineteenth centuries, within the debates of social democracy the margins of a tension between workers and bourgeois feminists, it is the Russian revolution and the action of Russian revolutionaries that triggered the revolutionary process in February of 1917 which culminated in the secession of power by the Russian proletariat in October of the same year, and this is the greatest example of emancipation, self-organization of women, and workers' movement. Trotsky, Inessa Armand, Alexandra Kollontai, and Nadiéjda Krúpskaia were guided on the basis of the discussion bequeathed by Marx and Engels. Faced with this, it was necessary to seek the liberation of women from the fetters of the home and family; which made it possible later on that feminism was also enunciated as a social and political struggle that enabled the liberation of women from the alienating capitalist process and could take its place in social struggles and history.

Keywords:

Feminism; Marxism; Revolution; Praxis; Women

1. Feminismo e Marxismo: Um diálogo Possível?

Dentro do debate marxista, a emancipação das mulheres não é possível sem a extinção do sistema capitalista, o sujeito revolucionário, então, deverá ser o proletariado, postura que inclui em seu discurso tanto mulheres quanto homens. Contudo, especificamente nesse caso, as trabalhadoras deverão ser as protagonistas na luta por sua própria emancipação, e para que os homens de sua classe incorporem o combate contra a opressão também existente no programa revolucionário das fileiras proletárias, fez-se necessário fazer perceber a causa feminista como um dos aspetos fundamentais para se possibilitar uma luta de classes mais ampla.

A corrente denominada “segunda onda” do feminismo que traz a luz questões ainda consideradas tabu no início da década de 60 até meados dos anos 80 provocou debates acirrados ao trazer às discussões feministas propostas que deveriam ir além das enunciadas em um primeiro momento; a promoção

pela igualdade nos direitos contratuais, direito a propriedade para homens e mulheres e extinção dos casamentos arranjados, questões até então centrais dentro do debate feminista na chamada “primeira onda” do feminismo dão lugar ao direito ao aborto, participação ativa na política que incluíam as mulheres na base de ascensão caracterizaram de forma efusiva esse período. A ativista e autora feminista Carol Hanisch (1970) cunhou a máxima “O pessoal é político”, tal slogan se tornou símbolo desta segunda onda. As feministas da chamada segunda onda viam as desigualdades culturais e políticas das mulheres conectadas, e buscavam estimular umas as outras a perceber aspectos de suas vidas pessoais como sendo reflexos das estruturas de poder sexistas.

Esse período será marcado, de forma peculiar, pelos esforços teóricos do movimento feminista de unificar classe e gênero visando refletir a análise sobre as mulheres a partir das categorias marxistas ortodoxas. Segundo Alfons el Magnánim, no livro *Teoría feminista y teoría crítica* organizado por Seyla Benhabib e Drucilla Cornell (1990): “Algumas feministas sustentavam que o gênero era uma forma de classe, enquanto que outras afirmavam que se podia falar das mulheres como classe em razão da sua posição dentro da rede de relações de produção `afetivo-sexuais`”. Essa leitura evidencia como havia entre as teóricas do feminismo radical grande militância de mulheres que lutavam nos movimentos progressistas e esquerdistas, contudo muitas vezes encontraram neles uma falta de resposta a suas reivindicações.

No livro *A crise da crise do marxismo* Perry Anderson não aceita a unidade entre estas duas lutas, pois não confere historicidade ao processo da opressão patriarcal. Chama aten-

ção para o facto de que a superação da dominação sexual não é possível sem a superação das classes e considera que esta é mais palpável que a primeira:

A dominação sexual é muito mais antiga historicamente, e muito mais profundamente arraigada na cultura, do que a exploração capitalista. Detonar suas estruturas requer uma carga igualitária muitíssimo maior de esperanças e energias psíquicas, do que a necessária para eliminar a diferença entre classes. Mas, se essa carga explodisse no capitalismo, é inconcebível que elas deixassem inalteradas as estruturas de desigualdades de classes – mais recentes e relativamente mais expostas (...). Neste sentido, o governo do capital e a emancipação das mulheres são – histórica e praticamente – irreconciliáveis (Anderson, 1984, p. 105).

Alexandra Kollontai em sua *Autobiografia de uma mulher emancipada* 1980, evidencia as tensões existente no tocante a questão de gênero dentro do processo revolucionário russo, onde apesar de se esperar uma prática mais consciente e inclusiva no tocante as questões de gênero e da exploração da mulher, ela e as suas correligionárias eram comumente atacadas por tratar de questões chamadas pelos companheiros de “coisas de mulher” pelo simples facto de questionarem a opressão feminina existente mesmo dentro dos espaços marxistas. Kollontai lutou para que dentro dos espaços marxistas os objetivos da luta feminista também fossem tratados com seriedade e compromisso dentro do programa do movimento da classe trabalhadora.

A reivindicação pelos direitos das mulheres e sua partiphilosophy @LISBON

cipação ativa encontra lugar na história na Revolução de 1917, esse momento tonar-se-á um marco na luta por direitos de igualdade sexual, pois pela primeira vez se viu essas questões serem levantadas como uma das lutas centrais. Elas eram a voz de mais de um terço da população trabalhadora da Rússia, encabeçaram uma revolução radical no país, ao lutar por direitos e enfrentar um sistema de dominação que culminou com a Revolução Russa. Foi em 8 de março de 1917 que uma manifestação concentrou na Rússia em torno de 90 mil mulheres contra o czar Nicolau II, além da participação do país na Primeira Guerra Mundial, o que gerou um entusiasmo nacional e desencadeou a chamada Revolução de Outubro. Aleksandra Kollontai, Nadiéjda Krúpskaia, Inessa Armand, Elena Dimítrievna Stássova, Klavdia Nikolaeva e tantas outras que foram protagonistas na luta popular se tornaram invisíveis para a História durante muito tempo, apesar de podermos perceber o seu papel e seu significado que permanecem para além do tempo no resultado de suas lutas.

O percurso do pós-guerra também não foi nada fácil, Alexandra Kollontai preocupa-se na construção e manutenção de coletividades que propiciem o debate acerca do trabalho doméstico, exatamente por perceber que se o mesmo não for distribuído gera desigualdades e afasta a mulher da vida política. Com o apoio de Lênin e Trotsky, juntamente com suas companheiras de lutas, conseguiram aprovar medidas significativas como a legalização do aborto. Contudo, ainda eram muitas as dificuldades que insistiam em dificultar o processo de emancipação. Como ela mesma relata:

Minhas teses sobre minhas ideias sobre sexo e moral

foram amargamente combatidas por muitos camaradas do partido de ambos os sexos, assim como ainda com outras diferenças de opinião no partido a respeito dos princípios políticos. O cuidado pessoal e familiar foi adicionado a isso e, deste modo, os meses de 1922 passaram sem trabalho frutífero. (Kollontai, 1980, p. 75).

As mulheres russas lutaram diante de condições extremamente precárias, de extrema miséria; foram anos de lutas a tentar dar visibilidade a causa, com periódicos/publicações, a realização de reuniões, a participação em manifestações, a partir de várias frentes, operárias, camponesas, revolucionárias. Segundo Batya Weinbaun para além de Kollontai, outras autoras relatam o mesmo “desencanto com o socialismo que surgiu da revolução [o que] deu impulso ao surgimento da teoria feminista” (Weinbaum, 1984) a autora claramente faz referência ao desencanto ocorrido com a burocratização dos trabalhadores sob a égide do regime stalinista. Em 1969 a análise de Kate Millet, em sua obra *Sexual Politics* ecoou e permitiu ao feminismo radical chegar à conclusão de que “era necessária uma revolução para mudar o sistema econômico, porém, insuficiente para liberar a mulher” (Weinbaum, 1984). Kate Millet ao analisar a União Soviética apenas sob regime stalinista, acredita que uma revolução socialista pode vir a dar lugar a uma contrarrevolução feminista. Essa conclusão ainda que superficial é compreensível levando-se em conta que sob o regime de Stálin não só foi abolido o direito ao aborto, como também houve grande perseguição aos homossexuais, além erguer-se novamente a ideia de família como célula básica do Estado, inclusive concedendo privilégios às mulheres que tinham muitos filhos. Se esses diálogos

geravam tensões é porque o feminismo, como movimento que visa à emancipação das mulheres de toda opressão, estava em constante confronto e processo de construção com as correntes teóricas e políticas que expressaram as tendências revolucionárias do período.

A pesquisadora brasileira sobre feminismo marxista Céli Regina Pinto em seu artigo *A propósito da controvérsia feminismo/marxismo (limites e perspectivas do feminismo socialista)* chama atenção ao facto de que a eliminação das classes só pode vir a propiciar a emancipação das mulheres, se esta questão específica for trabalhada dialeticamente no processo revolucionário. De acordo com a autora, a luta contra o poder patriarcal ainda que não pretenda ser o foco do debate, é ineliminável diante da observação de que o processo de superação das classes não é tão somente economicista, mas sobretudo dialético, ao passo que a compreensão da realidade tende a se manter nas trocas dos modos de produção. Sendo assim, as relações de gênero, sobretudo suas relações de poder devem ser percebidas como obstáculos à consciência emancipatória. Existe materialidade na superestrutura e isso deve ser refletido pelos teóricos marxistas contemporâneos.

Seja entre diálogos ou tensões, o feminismo teve que reconhecer no marxismo um meio de interlocução necessário. Historicamente feminismo e marxismo nasceram no modo de produção capitalista, ainda que a opressão das mulheres e das classes seja anterior à exploração do trabalho assalariado. O desenvolvimento do proletariado e a destruição da economia familiar pré-capitalista se encontram na origem de ambas correntes de pensamento. Assim, quem aspira a acabar com a opressão, e não somente a obter prudentes elaborações teóri-

cas abstratas de duvidosa capacidade emancipatória, deve dar conta disso, como fez o feminismo nas suas várias vertentes de discussão e posturas no decorrer da história num diálogo controverso, mas também frutífero.

2. Protagonismo e Invisibilidade Histórica: A Práxis Política da Revolução das Mulheres.

Para a grande revolução de outubro quem foram elas? “Quem foram elas? Indivíduos? Não, uma massa, dezenas, centenas de milhares de heroínas anônimas que caminharam lado a lado com operários e camponeses em nome da bandeira vermelha, com o lema dos soviets, através das ruínas do odioso passado religioso e czarista em direção a um novo futuro. (Kollontai, 1927, Diário das Mulheres, n.º 11, Dossier 060: Revolução de Outubro).

Com o slogan “Pão e paz”, o dia 8 de março no calendário ocidental e 23 de fevereiro no calendário russo que marca o Dia Internacional das Mulheres, no ano de 1917 foi marcado pelo ativismo de mulheres tecelãs e mulheres familiares de soldados do exército que saíram às ruas de Petrogrado (hoje conhecida como São Petersburgo), a convocar o operariado russo a lutar contra o czarismo e pela saída da Rússia na Primeira Guerra Mundial. O manifesto que durou vários dias, adquiriu um caráter de luta política, que possibilitou a eliminação da autocracia russa e contribuiu fortemente para a ascensão dos bolcheviques ao poder.

Em sua obra *A história da Revolução Russa* de 1930, León Trotsky relata que os próprios bolcheviques foram surpreendidos pela autonomia e liderança das mulheres russas.

Na véspera do dia internacional da mulher, discursos e manifestos para as comemorações da data ecoavam pelas ruas, mas as mulheres da indústria têxtil transgrediram a resistência das organizações revolucionárias que participavam e iniciaram uma grande mobilização, ao fazerem surgir uma greve de massas, não havia outra alternativa para as lideranças políticas a não ser aderir à greve.

Nem uma só organização chamou greves naquele dia. Apesar disso, na manhã seguinte, as operárias têxteis em várias fábricas saíram em greve e enviaram delegadas aos metalúrgicos, pedindo apoio. Os bolcheviques concordaram. Então foi fato: as mulheres trabalhadoras foram a faísca da revolução. (...) O Dia da Mulher foi bem-sucedido, cheio de entusiasmo e sem vítimas. Anoiteceu e nada revelava ainda o que esse dia trazia em suas entranhas. (Trotsky, 1962, pp. 20-21).

O impacto das lutas dessas mulheres e suas lideranças também femininas marcaram não só a revolução russa como a história, contudo sobre a maior parte delas a história escrita por homens fez questão de silenciar, contudo os avanços históricos conquistados pelas feministas soviéticas permanecem e ressaltam a importância do protagonismo feminino em qualquer Revolução que se diga social e anticapitalista.

Está na hora, finalmente, de compreender que o movimento feminista não tem como objetivo a luta contra o sexo masculino, mas sim está direcionado à organização das mulheres, à mobilização daquela metade da popu-

lação que está inerte para o combate dos preconceitos, independentemente de quem seja o agente deles (Kalmánovitch. Org. Graziela Schneide, 2017, p.18)².

Anna Andréievna Kalmánovitch, pouco falada por historiadores, foi uma grande ativista feminina e precursora dos ideais que movimentariam a revolução de outubro, nascida em Saratov, na Rússia, Kalmánovitch foi uma ativista do movimento de mulheres, tratada pela pesquisadora sobre estudos russos Rochelle Ruthchild (2010) como *a mais proeminente feminista judia*. Após a Revolução de 1905, tornou-se feminista radical, tendo sido uma das mulheres pioneiras a falar publicamente acerca dos direitos políticos femininos e igualdade de gênero fosse em palestras, ou mesmo discursos sobre a causa da mulher; na Rússia de 1908 Kalmánovitch participou ativamente dos encontros da União pela igualdade de Direitos das mulheres e apresentou-se no I Congresso de toda a Rússia Contra o Comércio de Mulheres em 1910, dentre tantos outros. Escreveu panfletos sobre o tema e contribuiu para os principais periódicos feministas existentes na época, como *Soiúz Jénschin* e *Jénski Viéstnik*. A ativista era contundente em sua defesa ao feminismo e a sua necessidade no debate acerca da opressão feminina:

Conscientemente ou por falta de familiaridade com o assunto, os opositores e as opositoras do movimento de libertação das mulheres o imaginam como uma luta direcionada contra os homens, em geral compreendendo o feminismo como algum tipo de motim armado, uma

2. Anna Andréievna Kalmánovitch. em 1907, ela já usava a palavra “feminismo” e a colocou no título de seu texto, batizado de *Algumas palavras sobre o feminismo: O movimento feminista e a relação dos partidos com ele*.

guerra de amazonas. Quanto às suas adeptas – que têm coragem de afirmar que a questão da liberdade da mulher, assim como a de outros cidadãos, é sempre atual e que não se pode privilegiar os direitos de uma parte da população em prejuízo da outra –, os opositores declararam-nas feministas “radicais”, achando que entenderam alguma coisa. (Kalmánovitch. Org. Graziela Schneide, 2017, p.18).

Assim como Kalmánovitch, outra importante personagem histórica da revolução russa Inessa Fiódorovna Armand é pouco falada, sempre orientada pelos ideais marxistas. Inessa foi a líder do departamento de mulheres do Comitê Central do Partido Comunista e foi integrante da organização da I Conferência Internacional das Mulheres Comunistas. O resgate de seus escritos políticos possibilitaram perceber a importância da luta das mulheres nas mudanças sociais, em seu texto intitulado *O Partido Comunista e a Trabalhadora* de 1920, Inessa afirma: “O trabalho feminino se ajustou ao capitalismo exatamente como o trabalho mais barato, mais humilde, e os proprietários, na sua luta contra os trabalhadores, utilizavam o trabalho feminino como um meio de piorar as condições de trabalho ou de mantê-las no patamar anterior”. Tais considerações se mostram tão atuais que também poderiam ser lidos, por exemplo, no artigo da norte-americana Nancy Fraser, *O feminismo, o capitalismo e a astúcia da História*³, que traz a partir da mesma perspectiva um diagnóstico de como a precarização do trabalho das mulheres foi decisiva para a expansão do modelo capitalista neofordista,

3. Original publicado na *New Left Review*, n.º 56, março-abril de 2009, com o título “Feminism, capitalism and the cunning of history”.

assunto que retomaremos detalhadamente mais adiante.

Wendy Goldman (2014) em seu livro *Mulher, Estado e Revolução: política da família soviética e da vida social entre 1917 e 1936* faz um trabalho minucioso para mostrar como Revolução Russa trouxe mudanças marcantes para a vida das mulheres e dos homens. Um dos primeiros atos do novo governo soviético foi a criação do casamento civil e permitir o direito ao divórcio. Até 1917, autoridades religiosas controlavam o chamado *Direito da Família*: que incluíam ortodoxos russos, judeus e muçulmanos. Para maioria da população, isso possibilitava que a Igreja Ortodoxa Russa tivesse controle sobre casamento, o divórcio, a custódia de crianças, bem como das relações entre marido e mulher como um todo: Não é o trabalho feminino em si que rebaixa os salários ao entrar em competição com o trabalho masculino, mas a exploração do trabalho feminino pelos capitalistas que dele se apropriam” (Zetkin, em seu discurso no Congresso de Fundação da Segunda Internacional em 1889, *apud* Goldman, 2014, p. 62).

A lei patriarcal *não permitia* a mulher obter educação, ter autonomia no seu trabalho, não podendo nem mesmo mudar de residência ou viajar sem que o marido ou pai consentissem. O divórcio era muito difícil de ser obtido, mesmo que o marido tivesse comportamentos abusivos. Se uma mulher havia deixado seu marido, ela perdia todos os direitos sobre seus filhos. As mulheres foram educadas para obedecerem a seus maridos em todos os aspetos, e seu silenciar era assim peça chave na manutenção do sistema social e político capitalista patriarcal.

Segundo Goldman, o Código da Família de 1918 tornou evidente a opressão feminina e seus séculos de controle patriarcal e a necessidade de mudanças radicais. Estabeleceu

o casamento civil e o direito ao divórcio, garantiu às mulheres direitos iguais aos homens. Garantiu também o direito das crianças que a partir daquele momento passavam a ter direito ao apoio parental, mesmo nascendo fora de um casamento civil registrado. Elas passaram a ter direito aos mesmos direitos e de serem totalmente independentes. Foi a legislação familiar mais radical do mundo em termos de reconhecimento dos direitos das mulheres. Em 1920, a União Soviética se torna o primeiro país do mundo a legalizar o aborto. A partir de então, as mulheres poderiam receber abortos livres e legais nos hospitais, realizados por médicos em condições higiênicas.

Apesar de todas as lutas e conquistas do feminismo revolucionário enunciadas nas várias correntes feministas da revolução russa, estarem de acordo que a existência da dominação masculina (patriarcado) está presente em todas as sociedades existentes, e pareçam compartilhar da máxima socialista de que no capitalismo é impossível alcançar a liberação humana, o certo é que se mostram incrédulos sobre a possibilidade do socialismo conseguir criar uma verdadeira democracia baseada na extinção da escravidão assalariada e sobre a qual possa assentar-se a emancipação definitiva das oprimidas e dos oprimidos. Segundo o feminismo radical não haverá mudança social sem uma revolução cultural que a anteceda. Cada indivíduo deve começar a modificar a si próprio para depois mudar a sociedade. Este movimento de autoconsciência viria a possibilitar a liberação sexual e a criatividade que permitiriam transformar as relações opressivas.

3. Corpo da mulher enquanto última fronteira na conquista pelo capital: as estruturas que subjazem o capitalismo através da opressão feminina.

A historiadora feminista italiana, Silvia Federici em seu livro *Caliban and the Witch: Women, the Body, and Primitive Accumulation* (2004) propõe rever as origens do sistema capitalista, a pesquisa histórica de Federici traz as formas de opressão e resistência à luz, opressões que por muito tempo foram consideradas invisíveis, a opressão das mulheres se torna central não apenas para a história capitalista, mas também na busca por uma saída. Para historiadora, professora emérita da Hofstra University em Nova York, nem mesmo Karl Marx percebeu que, sem confinar as mulheres à reprodução, não haveria capital; para autora, Marx estudou esse período de uma perspectiva masculina, ocupando-se da esfera produtiva, do trabalho assalariado, contudo acabou muitas vezes por ignorar a esfera reprodutiva da vida e da mão de obra, como por exemplo: a gestação, aleitamento e cuidado com as crianças, a sexualidade, o cuidado com os velhos e os doentes, a limpeza.

Segundo Federici as lutas travadas pelas mulheres desde o período medieval não estavam desvinculadas das lutas de classe mais do que hoje; contudo, eram lutas por direito próprio. Enquanto na Europa pré-capitalista as mulheres tinham acesso às terras e outros bens comuns, no capitalismo elas foram despejadas da terra, do trabalho assalariado, e seus corpos passaram a ser vistos como instrumentos para controle de massa e aumento de produtividade. As parteiras, que também faziam os abortos, foram criminalizadas, assim como as benzedeiras e curandeiras com seus conhecimentos de poções e ervas medi-

cinais, as adivinhas e suas visões espirituais, as mulheres que viviam sós, as hereges, e tantas outras. Tirar das mulheres a autonomia sobre seus corpos corroborou com o desenvolvimento de uma medicina baseada em conhecimentos fora do alcance das classes populares.

A conversão dos camponeses em trabalhadores assalariados no decorrer desses séculos demandou uma aceleração do tempo e uma nova concepção do corpo humano, que passa a ser visto como máquina e submetido ao domínio da mente, numa relação hierárquica. O camponês precisa ser disciplinado, esquecer suas velhas formas de vida comunal.

Federici enfatiza que o capitalismo necessita de hierarquias, e é exatamente por isso que questões de gênero devem ser entendidas como uma peça chave nas relações de classe. O argumento central da autora é de que a *acumulação primitiva*⁴ envolveu não apenas a acumulação de riqueza e os trabalhadores chamados livres, mas também o acúmulo de poder e hierarquias dentro da classe trabalhadora, e chega a conclusão que esse processo existe até hoje, principalmente nas neocolônias. Que a transição para o capitalismo não foi natural, nem mesmo pacífica, não há o que negar, mas é importante salientar que foi sobretudo construída com a institucionalização da violência masculina contra as mulheres.

Cada vez que uma mulher é abusada, objetificada, discriminada, a classe trabalhadora se enfraquece. Vítima da opressão, passará a crer que a realidade não é passível de mudança e que é melhor submeter-se ao opressor do que lutar contra as

4. O acúmulo primitivo em sua natureza um conjunto de fenômenos que servem de pré-condições para o desenvolvimento inicial do capitalismo, a versão marxista “clássica” da acumulação primitiva concentra-se na acumulação de recursos importantes por meio da violência e a desapropriação do campesinato. Federici refina esta definição de maneira brilhante.

estruturas dominantes e por sua vida em risco. A classe trabalhadora, por outro lado, se desestabiliza, porque esse homem que oprimiu sua companheira, está distante de transformar-se num trabalhador consciente de seus grilhões. Por essa percepção, o trotskismo defende que se a unidade dos trabalhadores é necessária, então é imperioso erradicar os prejuízos contra os imigrantes, as barreiras que se levantam entre efetivos e terceirizados, combater a ideologia que impõe a repressão do adulto sobre o jovem e, nesse sentido, lutar decididamente contra a opressão das mulheres. Elas deverão deixar de ser o que ele chama de “as proletárias do proletário”⁵, as pessoas submissas e consideradas objetos da propriedade do homem. Assim, o programa do marxismo revolucionário a conclamar a todos: abram alas para a mulher trabalhadora.

4. O Feminismo no Contexto do Capitalismo Organizado pelo Estado.

A filósofa Nancy Fraser em seu artigo intitulado *Feminism, capitalism and the cunning of history*, 2009, nos chama atenção para o surgimento da estrutura social hegemônica no período do pós-guerra, uma formação social na qual os estados exerceram um papel ativo em conduzir as suas economias nacionais. Baseando-se nas experiências da Depressão e planejamento de tempos de guerra, Fraser aponta o facto de estes Estados criarem várias ferramentas de dirigismo, que incluem: política industrial, tributação redistributiva, provisão social, regulamento empresarial, nacionalização de algumas indústrias-chave, bem como a desmercantilização de bens públicos. Nas

5. O documento *A agonia do capitalismo e as tarefas da Quarta internacional*, mais conhecido como *Programa de Transição*. Foi concluído em 1938, dois anos antes do assassinado de León Trotsky por um agente stalinista.

décadas posteriores a 1945, uma variante do capitalismo organizado pelo Estado poderia também ser percebido nos países de terceiro mundo.

Em ex-colônias empobrecidas, bem como os Estados desenvolvimentistas recém independentes buscaram usar suas capacidades mais limitadas para iniciar o crescimento econômico nacional por meio de políticas de substituição de importação, investimento infraestrutural, nacionalização de indústrias-chave e gastos públicos em educação.

As feministas da segunda onda rejeitam a identificação exclusiva de injustiça como má distribuição entre classes. Elas expandiram o significado de justiça, reinterpretando como injustiças desigualdades sociais que tinham sido negligenciadas, ou racionalizadas, rejeitam tanto o foco exclusivo do Marxismo na economia política quanto o foco exclusivo do liberalismo na lei, elas desvelaram injustiças localizadas em outros espaços como na família, cultura, na sociedade civil e na vida cotidiana, mas com certeza um dos grandes acréscimos das feministas da segunda onda é o facto de terem ampliado a percepção do número de eixos que pode vir a abrigar a injustiça. Ao rejeitarem a primazia das classes, as feministas anti-imperialistas, feministas negras e as feministas socialistas também se opuseram ao discurso de feministas radicais que visava situar o gênero na mesma posição de privilégio categorial.

A segunda onda do feminismo alargou seu campo de ação para incluir assuntos anteriormente privados como sexualidade, serviço doméstico, reprodução e violência contra mulheres. Desta forma, elas nos possibilitaram compreender de forma mais ampla o conceito de injustiça que deve abranger não só desigualdades econômicas, mas também as hierarquias

do poder político. Possibilitaram assim uma compreensão mais ampla, abrangendo economia, cultura e política, o resultado foi para além de uma lista de questões isoladas, mas possibilitou a noção de que a subordinação das mulheres era sistêmica e muito bem fundamentada nas estruturas profundas da sociedade. Apesar de tais diferenças, a maior parte das feministas da segunda concordou que superar a subordinação das mulheres requeria transformar radicalmente as estruturas profundas da totalidade social. Este compromisso comum para a transformação sistêmica denotava as origens do movimento no mais geral fermento emancipatório dos tempos.

Nancy Fraser (2009) chama atenção que o projeto foi fadado ao fracasso desde o início, pois sempre esteve sob o jugo de forças históricas mais profundas, que não foram bem entendidas na ocasião. Hoje, podemos perceber que o surgimento da segunda onda do feminismo coincidiu com uma mudança histórica no caráter do capitalismo, que acabou de ser transplantada para o neoliberalismo. Diferente do capitalismo tradicional, que usava a política para domesticar mercados, o neoliberalismo propõe usar mercados para ter a política sob controle. Promoveram privatização e desregulamentação; responsabilização pessoal deu lugar aos Estados de bem-estar social e desenvolvimentistas, estabeleceu-se dessa maneira um formato de Estado competitivo e mesquinho. Para Fraser, embora publicamente tenha sido pensada como guia na transição para o capitalismo na Europa Oriental/Central, era aplicada apenas de forma gradual e desigualmente no Primeiro Mundo. No Terceiro mundo, por contraste, a neoliberalização foi imposta, especialmente na América Latina.

Expostas essas questões históricas, o que nos cabe aqui

chamar atenção é: como a segunda onda do feminismo prosperou e expandiu nesta nova conjuntura. O movimento que tem início como contra cultural radical que chegou a compelir os Estados pós-coloniais a abrirem mão de seus ativos, abrirem os seus mercados e cortar gastos sociais, estava segundo Fraser “a caminho de se tornar um fenômeno social de massa de base ampla”. Atraindo partidários de todas as classes, etnias, nacionalidades e ideologias políticas, as ideias feministas penetraram em todos os espaços da vida social.

É certo que, o surgimento do neoliberalismo modificou as estruturas em que segunda onda do feminismo operava. O objetivo foi dar novo significado aos ideais feministas. Os anseios que tiveram um claro impulso no contexto do capitalismo organizado pelo Estado assumiram um significado muito mais dúbio e perigoso na fase neoliberal. No novo contexto de globalização as feministas se uniram a ativistas de direitos humanos, ambientais, críticos da Organização Mundial de Comércio de forma a buscar atingir as injustiças que haviam sido negligenciadas em outros tempos.

Utilizando novas tecnologias de comunicação para expandir o debate, as feministas foram precursoras em estratégias inovadoras o resultado foi uma nova forma promissora de ativismo feminista transnacional. Muitas dessas feministas direcionaram seus esforços para esfera internacional, fazendo-se ouvir na sociedade civil global trouxeram de volta ao debate novos espaços de discussão sobre que modelos de governança global queremos, contudo segundo Fraser elas foram envolvidas em várias questões mais localizadas que subjogavam o debate acerca das questões relacionadas à pobreza.

Segundo Nancy Fraser, estas campanhas reduziram a

política feminista em ONG's, davam mais voz a elites que falam a língua Inglesa do que a grupos ativistas locais. Para a filósofa, esses processos deixam claro que na verdade o neoliberalismo até abriria espaço para debate com reivindicações para o reconhecimento das lutas, mas não permitiria espaço para as reivindicações de redistribuição, na medida em que constrói um novo regime de acumulação do trabalho assalariado das mulheres, e busca separar os mercados de uma regulamentação social.

Atender as demandas feministas não pode ser visto como apenas mais um grande passo para sanar problemas sociais e econômicos da nossa sociedade capitalista, se não há uma transformação na base do sistema tudo volta a ruir. Fraser chama atenção ainda, ao facto que o feminismo dominante adotou uma abordagem que não promove a igualdade nem mesmo para as mulheres, quiçá para outros grupos. O foco desse modelo de feminismo é incentivar mulheres instruídas de classe média a se esforçar, conquistar cargos de liderança, romper barreiras, de forma que não há mudanças estruturais na sociedade capitalista, essas mulheres só colhem os louros da vitória ao estigmatizar e explorar outras. O trabalho de cuidado e as tarefas domésticas são repassados para trabalhadoras mal remuneradas. Esse não é um feminismo inclusivo para todas as mulheres “[...] só são justos se permitem a todos os atores relevantes participar como pares na vida social” (FRASER, 2005a, p. 59) - e seria ainda uma noção de processo, pois indicaria um padrão procedimental pelo qual se torna possível avaliar a legitimidade democrática das normas: “[...] são legítimas se podem garantir o assento de todos os envolvidos em um processo justo e aberto de deliberação, em que todos participam como pares” (ibidem).

O feminismo *mainstream* adota assim uma noção de igualdade voltada para o mercado, que se encaixa no neoliberalismo dominante. Tende, dessa forma, a se encaixar em um formato do capitalismo ainda pior e mais cruel, é o feminismo liberal que cada vez mais fornece o carisma e a ilusão de emancipação que o neoliberalismo se utiliza para legitimar sua distribuição de riqueza entre os ricos.

5. Novos Desafios: por um feminismo pós-neoliberal

Muitos são os processos de subordinação pautados pelo mercado, podemos dizer que eles são a própria essência do capitalismo neoliberal, por isso mesmo devem se tornar o centro da crítica feministas se quisermos nos distinguir e evitar a ressignificação feita por ele. O objetivo é a crítica a um sistema capitalista que, ainda que prometa liberação, substitui um modo de dominação por outro.

O feminismo não deve ter como foco fazer um número limitado de mulheres assumir posições, privilégio e poder dentro de hierarquias sociais existentes, e sim de superá-las. Contudo, é crucial desafiar e modificar as fontes que estruturam a dominação de gênero na sociedade capitalista. A começar pela divisão institucionalizada de dois tipos de atividades supostamente distintos: o trabalho de *produção* (historicamente assalariado e associado aos homens), e as tarefas ligadas ao *cuidado* (historicamente não remunerado e ainda realizadas principalmente por mulheres). Essa divisão sexual hierarquizada é uma estrutura determinante dentro da sociedade capitalista, além de ser a grande propiciadora das assimetrias de gênero. As mulheres não poderão se emancipar enquanto essa estrutura permanecer intacta.

A crise do neoliberalismo nos permite repensar nossa ambivalência dado o alcance transnacional do capital, a tarefa é então romper a identificação exclusiva da democracia com a comunidade política delimitada. Juntando outras forças progressistas, as feministas poderiam militar por uma nova ordem que seja democrática em todos os níveis. A nova formação de poderes democráticos deve ser capaz de repensar as injustiças em todas as esferas. Tendo observado como o violento ataque neoliberal instrumentalizou nossas melhores ideias, temos uma brecha para reivindicá-las. Ao aproveitar esse momento poderíamos redirecionar o discurso da transformação iminente à luz dos marxistas na direção da justiça e não apenas no que diz respeito a gênero e propor uma reconstrução da teoria feminista a partir do Sul global.

Judith Butler em sua obra *Contingent Foundations: Feminism and the Question of "Postmodernism"* de 1990, deixa clara sua visão pós-moderna do feminismo, a autora desconstrói a ideia da base unitária de identidade compartilhada por todas as mulheres, sua preocupação é o papel que o poder cumpre na constituição da identidade no feminismo.

No feminismo, parece haver uma necessidade política de falar enquanto mulher e pelas mulheres, e não vou contestar essa necessidade. Esse é certamente o modo como a política representativa funciona e, neste país, os esforços de lobby são virtualmente impossíveis sem recorrer à política de identidade. Assim, concordamos que manifestações, esforços legislativos e movimentos radicais precisam fazer reivindicações em nome das mulheres. (Butler 2005, p.24).

Em Butler para se pensar o feminismo hoje é necessário repensar o processo de formação das identidades de gênero. Para a filósofa, a uniformização da categoria mulher precisa ser reavaliada e desconstruída, para tanto é crucial refazer o trajeto da construção da mulher universal para mostrar que sua universalidade e naturalidade são artificiais, e, ao compreendermos os jogos de poder nos quais a mulher foi construída, é possível compreender os interesses que a 'mulher universal' representa.

Já Nancy Fraser ao articular ingredientes modernos e pós-modernos, tenta desvelar as estruturas da desigualdade de gênero em contextos sociais específicos, e como emancipar as mulheres das desigualdades

Assim, o feminismo segue na sua postura de crítica dos valores da razão, da ideia de verdade, igualdade e talvez, quem sabe, se possa associar as ambivalências dos estudos feministas em uma tentativa de síntese, uma outra alternativa que não a moderna e pós-moderna, mas que se desvele enquanto justaposição e acomodação mútua entre diferentes narrativas culturais e políticas.

Referências Bibliográficas:

- Anderson, P. (1984). *A crise da crise do marxismo*. São Paulo: Brasiliense.
- Butler, J. (1990). *Contingent Foundations: Feminism and the Question of "Postmodernism"*. New York: University of California at Berkeley. Tradução: Pedro Maia Soares. Disponível em: <<http://marcoareliosc.com.br/butler3.pdf>> p. 24, [data: 29 de dezembro de 2012]
- Benhabib, S. e Cornell, D. (1990). Más allá de la política de gênero. In: *Teoría feminista y teoría crítica*. Barcelona: (orgs) Alfons el Magnánim,
- Engels, F. (1989). *El origen de la familia, la propiedad privada y el Estado*. México: Premiá.
- Federici, S. (2004). *Caliban and the Witch: Women, the Body, and Primitive Accumulation*. New York: Autonomedia.
- Fraser, N. (2005), *Reframing justice*. Amsterdam: Royal Van Gorcum.
- _____. (2009). Feminism, Capitalism and the Cunning of History. *New Left Review*, London, n. 56.
- Goldman, W. (2014). *Mulher, Estado e Revolução: política familiar e vida social soviéticas*,

- 1917-1936. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo: Iskra Edições.
- _____. (1993). “Women, the State and Revolution: Soviet Family Policy and Social Life, 1917-1936”. Cambridge: University Press.
- Kalmanovitch, A. (2017). *A Revolução das Mulheres: Emancipação Feminina na Rússia Soviética*, org. Graziela Schneide. São Paulo: Boitempo.
- Lenin, V. (1956). *O socialismo e a emancipação da mulher*. Rio de Janeiro, RJ: Vitória.
- Kollontai, A. (1927). Diário das Mulheres, n.º 11, Dossier 060: Revolução de Outubro.
- _____. (1980). *Autobiografia de uma mulher emancipada*. São Paulo: Proposta Editorial.
- Hanisch, C. (1970). *The Personal Is Political*, was originally published in Notes from the Second Year: *Women’s Liberation*. Disponível em: <http://www.carolhanisch.org/CHwritings/PIP.html> [data: 29 de dezembro de 2012]
- Pinto, C. (1985). *A propósito da controvérsia marxismo/feminismo*. GT: Mulher e Política. ANPOCS, mimeo.
- Ruthchild, R. (2010). *Equality and Revolution: Women’s Rights in the Russian Empire, 1905-1917* (Pitt Russian East European). Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.
- Trotsky, L. (1962). *Histoire de la révolution russe*, Paris, Seuil
- Zetkin, C. (1956). Lénin e o Movimento Feminino. In: LENIN, V. I. *O socialismo e a emancipação da mulher*. Rio de Janeiro, RJ: Vitória.